

A Jornada dos Vassalos, por D. Jerônimo de Ataíde em 1625*

The Journey of vassals, by D. Jerome de Ataíde in 1625

Pablo Antonio Iglesias Magalhães

Professor Doutor de História do Brasil e de História da Bahia na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

RESUMO

O presente artigo identifica e analisa um manuscrito acerca da Jornada dos Vassalos, expedição luso-espanhola enviada por Felipe IV para restaurar a cidade de Salvador, invadida pelos neerlandeses em 1624. Esse artigo revela, ainda, a autoria do texto, até então anônimo, e o insere no contexto historiográfico das guerras neerlandesas em 1625.

PALAVRAS-CHAVE: Guerras Neerlandesas no Brasil; Jornada dos Vassalos; Restauração da Bahia

ABSTRACT

The present article identifies and analyzes a manuscript concerning the Day of the Vassals to restore the city of Salvador, invaded for the netherlanders in 1624. This study it discloses, still, the authorship of the text, until then anonymous, it inserts and it in the historiographic context of the netherlands wars in 1625.

KEYWORDS: Netherlands wars in Brazil; Voyage of Vassals; Restoration of Bahia in 1625

No ano de 2015, completou 390 anos da capitulação dos neerlandeses em Salvador, principal porto do Atlântico sul, onde haviam se estabelecido desde o dia 10 de maio de 1624. A rendição dos invasores, já encerrados nos muros da Cidade da Bahia, foi decidida pela organização da maior expedição naval a cruzar o Atlântico até aquele ano, a denominada Jornada dos Vassalos. O presente artigo tem como objetivo revelar e divulgar uma inédita versão manuscrita que relata os bastidores da empresa marítima realizada por Portugal e Espanha, então sob a União Ibérica (1580-1640). Antes, porém, é necessário identificar o autor do relato e colocar o documento no seu contexto histórico e historiográfico.

A invasão neerlandesa à capital Brasil foi parte de um projeto dos Estados Gerais das Províncias Unidas e da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) de conquista do espaço colonial luso-espanhol. Após o sucesso inicial da conquista da cidade de Salvador, os invasores, um efetivo estimado em 3.600 homens, ficaram sitiados dentro dos muros da urbe, tentando constantemente romper o cerco para conseguir se abastecer. Não tiveram êxito e, transcorrido um ano de sucessivas batalhas nos entornos da capital, os neerlandeses estavam enfraquecidos e com graves dificuldades em recompor sua estrutura de comando em consequência da morte de Jan van Dorth, emboscado nas proximidades de Água de Meninos.

* Artigo recebido em 1 de junho de 2015 e aprovado para publicação em 3 de outubro de 2016.



Mesmo enfraquecidos, os soldados dos Estados Gerais e mercenários contratados pela Companhia das Índias, sem receber reforços e recursos das Províncias Unidas, enfrentando um contingente seis vezes maior, continuaram a resistir por quase um mês. Esse é um dos episódios mais conhecidos pela historiografia colonial brasileira. Decorridos, contudo, quase quatro séculos um manuscrito desconhecido aos historiadores, localizado durante pesquisas nas bibliotecas da capital portuguesa, oferece novas informações sobre a Jornada dos Vassalos para restaurar a capitania da Bahia aos domínios ibéricos ultramarinos. Foi, conforme dito acima, a maior expedição naval a cruzar o Atlântico até aquela data, contando com 52 navios e 12.563 homens.

A Biblioteca da Ajuda em Lisboa guarda em seu precioso acervo um manuscrito inédito sobre a invasão neerlandesa da Bahia em 1624 e a Jornada dos Vassalos em 1625. O documento foi inserido num códice em fólio, encadernado em pergaminho, sob a indicação 51-IX-12. O texto tem por título *Cap.^{os} da Relação*, ou *Capítulos da Relação*, e ocupa as folhas 151 a 185 verso do referido códice. A Relação foi encadernada com diversos outros documentos e papéis administrativos do século XVII, sendo a numeração das folhas inserida posteriormente, por mão diversa da que escreveu o texto. Essa numeração foi, possivelmente, acrescida pelo encadernador que enfeixou os papéis em um único volume.

O rascunho da *Relação* foi escrito em espanhol porque seu autor desejava que fosse às mãos de Felipe IV, Rei da Espanha, que em decorrência da União das Coroas governava também Portugal. Seu anônimo autor muito provavelmente teve planos para publicá-la, pois deixou indicando no documento local para a inserção de mapas e desenhos.

O manuscrito está incompleto em razão de uma folha arrancada do conjunto e porque o autor não concluiu o plano de redação, por ele mesmo proposto, no índice do que viria a ser a obra. Ainda assim, esse documento oferece um grande número de novas informações sobre os episódios relacionados a este período. É o documento que melhor apresenta os bastidores políticos na

organização das Armadas que compuseram a Jornada dos Vassalos para socorrer a Bahia em 1625.

O manuscrito é um rascunho do que viria a ser um livro impresso e por isso existem muitos parágrafos riscados e outros inteiramente postos à margem das folhas com as indicações em sinais onde deveriam ser colocados pelo impressor. Há até mesmo capítulos fora de ordem numérica. Assim, por exemplo, o Capítulo 4 está posto no final do texto, entre as folhas 184 e o verso da folha 185, sendo que, no projeto inicial, a obra constaria de 15 capítulos. Antes, porém, de avançar sobre o conteúdo do texto, torna-se imprescindível identificar e apresentar o autor do manuscrito.

A AUTORIA DO MANUSCRITO

Os Capítulos da Relação é um texto anônimo, porquanto o autor não se identifique nem no título nem ao longo do documento; ao menos não de maneira direta. Uma afirmação no índice da Relação, contudo, torna possível identificar o autor do texto. O quinto capítulo, intitulado "*Oficiaes de guerra, causa de meu Pai, e de D. Francisco de Almeida*", permite identificar a sua identidade. A "causa do meu pai", conforme se deduz com o exame do texto, trata das questões envolvendo um influente nobre de Portugal, pertencente ao alto comando da Marinha de Felipe IV: D. Antônio de Ataíde, que seria o Almirante da Armada de 1625 para restaurar a Bahia, mas que acabou impedido por questões políticas.

Deste modo, foi possível deduzir que o autor anônimo do texto era D. Jerônimo de Ataíde, o 2º Conde de Castro Daire e 6º Conde da Castanheira. Nascido por volta de 1597, sendo filho legítimo de D. Antônio de Ataíde, 1º Conde de Castro Daire e 5º Conde da Castanheira, com D. Ana de Lima. Deve-se observar que D. Jerônimo de Ataíde, o Conde de Castanheira, não deve ser confundido com o seu homônimo D. Jerônimo de Ataíde, Governador do Brasil entre 1654-1657, e 6º Conde de Atouguia.

D. Jerônimo de Ataíde aprendeu com o pai o exercício da política e o gosto pelas letras. Ainda jovem, o autor dos *Capítulos da*

Relação já possuía reconhecimento como competente genealogista e escritor. Seu nome figura na *Biblioteca Lusitana* do Abade Barbosa Machado, que nos informa:

D. Jeronimo de Attayde – segundo Conde de Castro Dayro, e sexto da Castanheira nasceo em Lisboa sendo filho de D. Antonio de Attayde do Conselho de Estado, Embaxador ao Emperador Fernando segundo, Presidente da Meza da Conciencia, e Ordens, e de D. Anna de Lima, filha herdeira de D. Antonio de Lima, Senhor de Castro Dayro, Alcayde mór de Guimaraens, e D. Maria de Vilhena, filho de Cristovao de Mello, herdeiro da Ilha de S. Thome. No tempo, que foy elevado ao trono de Portugal o serenissimo D. João IV assistia em Castella onde pelos seus grandes merecimentos, que se illustravão com a cultura das Artes liberaes foy nomeado Marquez de Collares, Ayo do Principe D. Balthezar Carlos, e mordomo mór da sereníssima Raynha D. Izabel de Borbon. Celebrada as pazes entre esta Coroa, e a de Castella em o anno de 1668, voltou para a patria contra a qual nunca militou onde passado pouco tempo de assistencia faleceo a 12 de Dezembro de 1669. Foy sepultado no Convento dos Religiosos Capuchos de Santo Antonio da Castanheira jazigo de seus illustres Mayores. Cazou com D. Helena de Castro filha de D. João de Castro Senhor de Reriz, Sul, Bemuiver, Penella, e Resende, e com D. Juliana de Souza e Tavora sua segunda mulher de quem teve a D. Antonio de Attayde, que morreo menino, D. Jorge de Attayde terceiro Conde de Castro Dayro, e D. Anna de Lima e Attayde setima Condessa da Castanheira.¹

O códice 51-IX-12 pertenceu à Casa dos Castanheiras e faz parte do Fundo D. Antonio de Ataíde na Biblioteca da Ajuda. Por isso, o referido códice conserva diversos documentos e correspondências, passivas e ativas, tanto de D. Antonio de Ataíde quanto do D. Jerônimo. A comparação de grafia

da *Relação* com outros documentos assinados por D. Jerônimo de Ataíde, presentes no mesmo códice, comprova a autoria do manuscrito pelo 6^a Conde da Castanheira.

O conjunto documental revela mais informações inéditas sobre o autor da versão esquecida da *Jornada dos Vassalos*. Um *Memorial* escrito por D. Jerônimo de Ataíde para algum ministro do Rei D. Felipe IV trata dos serviços prestados pelos membros da sua família. Tal como a *Relação*, o *Memorial* tinha por fim “*deixar a Vuestra Ex.^a esta relación di lo que mi padre ha servido, y siete hijos suyos en pas y en guerra.*”² D. Jerônimo chama a atenção de que seu pai “*es primo 4.º (grau) del Rey Nuestro Señor*”³.

Em seguida, tal como no capítulo quarto da *Relação*, D. Jerônimo resume as ações de seu pai no serviço das Armadas até a peleja com “*Tabac Arraes General del Turco*”, que deu origem a um grave incidente na costa da Ericeira, em Portugal. Ainda segundo ele, “*Sincuenta y dos años ha que mi padre sirve, y no con las convenencias de la Corte, sino con los riesgos y despesas de la guerra, como quien la tomava por oficio y por vida (...)*”⁴

D. Jerônimo ajudou seu pai a se livrar das acusações que pesavam contra ele por conta do episódio da Ericeira e acabou por ser arrastado nas intrigas da corte: “*Bolvi a Madrid dixeron a Vuestra Ex.^a que yo obrava mas por mis particulares que por el servicio del Rey, diuirtieron a Vuestra Ex.^a a que mis manos y las de mi padre se continuasse, yo quede sin satisfacción por lo servido (...)*”⁵

D. Jerônimo aponta também a identidade e os ofícios de seus seis irmãos. O sacerdote D. Bernardo de Ataíde de Lima Pereira, que foi colegial de São Pedro, Cônego de Elvas, além de ocupar cargos eclesiásticos em Leiria e Lisboa e “*que a mas de dies años que sirve al Sancto oficio de la Inquisicion de Lisboa que es Prior de Guimaraes, no sale nombrado en Obispados en que vino consultado, saliendo otros mas modernos en la edad y en las escuelas*”. D. Bernardo estava indicado para a diocese do Porto, mas foi nomeado bispo nas dioceses espanholas de Astorga (1644-1654) e, em seguida, de Ávila (1654-1656).⁶ Para sua irmã, D. Jerônimo pretendia mercês para o casamento visto “*que ha sinco años que sirve a la Reyna (...)* y dexa

de aver efecto el casamiento porque se le niega un titulo que a tantos se ha dado".⁷ Outro irmão era Dom Álvaro de Ataíde, "sumiller de Cortina del Rey" para quem se le nego de merced una calongia q el llevo por oposicion"; Dom Lourenço que "fue menino de la Reyna, y no se le ha hecho merced alguna"; Dom Jorge "mi hermano mayor murio aviendo ya empossado a servir en las Armadas" e Dom Paulo de Ataíde, primogênito de D. Antônio de Ataíde, que "murió en un Galeon aviendo servido en quatro Armadas", a 5 de setembro de 1621.⁸ Toda a família gravitava em torno da Corte de Madrid e dos favores da monarquia espanhola.

Sobre si, o próprio Conde da Castanheira afirma:

*Yo fui Capitan de un tercio en Lisboa, soldado, y capitan en las Armadas de mi padre, soy actualmiente capitan de aventureros, nombrado quando el Marques de la Enojosa previno la difensa de Lisboa, quando la Armada Inglesa fue sobre Cadis Se venindo dos veses a Madrid a seruicio de Su Magestad, y a año y medio que estoy en este lugar, y aunque yo ni me juro meritos, ni me hallo con grande ambission de algunos, no puede dexar de causar sospecha de causa mayor a los que ven a mi padre con su qualidad, sus años, sus procedimientos salir del seruicio del Rey sin aver añadido un real de mejora en la hacienda que tenia ha veinte años, ni por merced del Rey, ni por aprovechamientos, antes vendido juro y propiedades, y con muchas deudas contrahidas en seruicio de S. Magestad de que todas tienen los acreedores consignacion. Que siete hijos suyos serciessemos, y uno murriesse en su seruicio del Rey, y que padre y hijos nos veamos atrasados a tantos, que antes quiça no lo pensaron, sino es que el sermos tantos a servir nos enbarassa a todos la satisfacion.*⁹

Seus serviços foram reconhecidos pela monarquia. Dentre outros papéis, há uma carta do Cardeal Espinoza, na qual manda pagar ao Conde da Castanheira o que cons-

ta dos seus memoriais, inclusive fazendo mercê de um cargo eclesiástico a Dom Álvaro de Ataíde.¹⁰ Em 1645, foi redigido outro Memorial sobre os feitos de D. Antonio de Ataíde, sendo o documento imediato à Relação de Jerônimo de Ataíde, *Copia del memorial del Conde de Castanheira*.¹¹

Outros textos da autoria de D. Jerônimo de Ataíde podem ser encontrados na Biblioteca Nacional da Espanha. O manuscrito da *Recopilación de linajes de Portugal* ainda aguarda o prelo. O códice de 34 x 23 centímetros, com 422 folhas, contém muitas árvores genealógicas. Além destas, contém uma "Carta de Benito Arias Montano sobre la venta de 28 Biblias, por cuenta de Plantino, en Medina" (Fol. 127); "Fundaciones hechas por D. Juan Martínez Silíceo, de 1545 a 1557", escrita em Toledo em março de 1557 (oito folhas sem numeração, entre as folhas 323 e 323v). "Libro Primero de los Blasones de los escudos de armas de Portugal, por Duarte Núñez León, 1600" (Fols. 323v-336). "Conquista de Portugal: lo que sucedió quando Felipe II se apoderó del Reino de Portugal" (Fols. 383-422).¹² As obras do Conde da Castanheira permaneceram inéditas ou desconhecidas, a exemplo do presente *Capítulos da Relação*.

A influência de D. Jerônimo na historiografia portuguesa não se resume apenas a suas obras. D. Jerônimo circulava entre os principais autores portugueses de seu tempo e travou amizade com um dos principais historiadores da primeira metade do século XVII, Frei Luis de Sousa. O Conde da Castanheira emprestou, inclusive, documentos particulares para Frei Luis de Sousa escrever suas obras. Nas Memórias e Documentos citados por este historiador, aparece a indicação "*Seis Livros do Conde de Castanheyra, mandados por Dom Jeronimo de Atayde, filho do Conde de Castro*". Estes seis códices compõem atualmente a coleção São Lourenço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.¹³

Por volta de 1620 D. Jerônimo casou-se com D. Helena de Castro, filha de D. João de Castro, senhor de Reriz e Benviver, Sul, Penela e Resende, e de D. Juliana de Távora. Tiveram três filhos, D. Jorge de Ataíde, 3º Conde de Castro Daire, D. Antonio de Ataí-

de e Ana de Lima e Ataíde.¹⁴ Foi na década de 1630 que Ataíde escreveu a *Información sobre Haver de Preceder en el Consejo de Portugal, supplicando de la nueva forma de precedencias y Respondiendo a los errados informes que se dieron a S. Magestad*. Em 1639, D. Antonio de Ataíde e seu filho D. Jerônimo receberam de Felipe IV valiosas comendas,¹⁵ exercendo depois o elevado cargo de aio do Príncipe Baltazar Carlos.¹⁶

Foi mordomo-mor da Rainha Isabel, mulher do Rei Filipe IV de Espanha, que o nomeou Marquês de Colares, título que já não teve validade em Portugal, e lhe deu a promessa do Ducado de Benavente, caso recuperasse Portugal. Concluída a paz com Castela, em 1668, regressou a Portugal onde ainda exerceu ocupações administrativas.¹⁷ D. Jerônimo de Ataíde faleceu a 12 de dezembro de 1669.

OS CAPÍTULOS DA RELAÇÃO NA DIALÉTICA IMPRESSO-MANUSCRITO SOBRE A JORNADA DOS VASSALOS

A Jornada dos Vassalos para reconquistar a Bahia em 1625 causou grande comoção político-religiosa na Península Ibérica. É significativo o conjunto de relatos impressos que circularam em Portugal, Espanha, França, Itália, Inglaterra e Holanda narrando o episódio.¹⁸ Mesmo antes da restauração da Bahia, ainda em 1624, correspondências epistolares passaram a circular manuscritas entre autoridades luso-espanholas, à exemplo da que foi escrita pelo franciscano Frei Francisco de San Juan, que oferece notícias do litoral norte da Bahia, dos aldeamentos jesuíticos do Espírito Santo e São João, onde os moradores de Salvador se refugiaram em maio de 1624.¹⁹

O relato oficial da expedição de 1625 foi publicado pelo crítico literário e humanista D. Tomás de Tamayo Vargas, em 1628. O texto enfoca a supremacia da Espanha na Europa e as questões religiosas que impulsionaram os conflitos do continente desde o século XVI. Por isso, o discurso utilizado pelo autor para legitimar a reconquista da Bahia fundamenta-se na hegemonia da religião católica e da Coroa espanhola sobre os seus adversários.²⁰ O mais completo

texto sobre a Jornada, pelo conjunto de informações que apresenta, é do espanhol Juan de Valencia e Guzman, publicado somente em 1870. Na obra, o autor detalha e contabiliza praticamente todos os objetos e bens que foram carregados na expedição.²¹ Há ainda um escrito do Dr. Eugenio de Narbona Zuñiga.²²

Dos relatos de origem portuguesa sobre a restauração da Bahia, destacam-se a *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*, do jesuíta Bartolomeu Guerreiro, que foi impresso ainda em 1625, e o manuscrito do Almirante e Cosmógrafo-mor D. Manuel de Menezes, que permaneceu inédito até 1859, quando foi publicado por Francisco Varnhagen na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. O Padre Bartolomeu Guerreiro desfrutava de alguma proximidade com a família Ataíde, pois fora confessor de D. Jorge de Ataíde, Bispo de Viseu, e lhe assistiu os últimos instantes da vida, que se expirou a 17 de janeiro de 1611. D. Jorge era tio de Antonio de Ataíde, Conde de Castro-Daire e, portanto, tio-avô do autor dos Capítulos da Relação.²³ Essa proximidade do jesuíta com a família de D. Jerônimo pode explicar a razão de certas partes das duas Jornadas, a impressa e a que está sendo aqui apresentada, terem elementos textuais em comum.

Fernando Bouza Álvares chama a atenção para a valorização dos manuscritos das correspondências epistolares, trocadas entre diferentes personagens, e das relações de sucessos que noticiavam ações políticas, movimentos militares e eventos curiosos, dentro e fora do próprio reino. Essas correspondências e relações eram copiadas e ultracopiadas para serem difundidas, alcançando grande número de interlocutores. Bouza Álvares ainda atenta para o volumoso repertório de “relaciones de sucesos” impressas desde o século XVI, que também circulavam manuscritas, que “*ejemplifica muy bien la doble circulación de noticias que em momento alguno se anulan entre sí, sino que se refuerzan mutuamente*”.²⁴

Francisco José Aranda Pérez e José Damião Rodrigues, no livro *De re publica Hispaniae*, afirmam que é muito frutífero aprofundar os estudos dos veículos de transmissão

da cultura política ibérica, tanto em sua própria materialidade como nos gêneros e modismos utilizados, não só na forma, senão no mesmo conteúdo da mensagem política. Assim, a gama de possibilidades de estudos é ampla e pode-se pesquisar desde os elementos formadores de uma obra (índice, fontes, tábuas e anexos) a investigar criticamente os objetivos de periódicos, avisos, panfletos e relações.²⁵ Esses historiadores chamam a atenção para que em “*todas estas versiones de escritos de naturaleza política hay que permanecer atento a la dialéctica impresos-manuscritos y tratar siempre de comprender por qué algunos de estos artefactos se imprimen mientras que otras circulan o corren manufacturados*”.²⁶ É essa “*dialéctica impresos-manuscritos*” que buscamos investigar em relação ao episódio da restauração da Bahia. Entender porque alguns textos que o noticiaram foram impressos enquanto outros correram manuscritos pela península ibérica.

É reconhecida a importância da circulação das relações de manuscritos na Península Ibérica, apesar da sua publicação por meio da imprensa revestir as notícias de um caráter oficial. Na Espanha, o livro de D. Tomas de Tamayo Vargas cumpriu essa função de crônica oficial dos sucessos navais contra os inimigos da monarquia espanhola em 1625. A participação de Portugal no episódio da restauração da Bahia, contudo, exigiu maior cuidado. A monarquia espanhola não desejava inflamar o espírito militar em Portugal, adormecido por duas gerações, desde a fatídica derrota de D. Sebastião em Alcaice-Quibir. Após 45 anos, a recuperação da Bahia foi a primeira ação militar que mobilizou os conjuntos de estamentos em Portugal, incluindo nobreza, clero e os grupos de comerciantes, particularmente ligados ao negócio da açúcar produzido no Recôncavo Baiano. Decerto, o sucesso da Jornada dos Vassallos poderia (re)acender o ideal autonomista luso, conduzindo Portugal para uma guerra separatista contra a Espanha.

A monarquia espanhola, então, observava com muito cuidado os usos da imprensa em Portugal. Antes mesmo da União Ibérica, desde meados do século XVI, para imprimir uma obra em Portugal era necessário

previamente obter as licenças do Desembargo, do Ordinário, do Santo Ofício e, no caso de clérigos regulares, de alguma autoridade superior da ordem ou congregação. Essa censura prévia implicava que qualquer crítica ao governo ou a Igreja determinava a proibição de impressão de um livro. Assim, a Coroa, através do Desembargo do Paço, observou com atenção que fora escrito sobre a expedição ao Brasil *A Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal*, do jesuíta Bartolomeu Ribeiro, passou por todo o processo de censura para finalmente conseguir as licenças necessárias a publicação.

Existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro parte da correspondência particular de Manuel Severim de Faria, o ilustre chantre da Sé de Évora, pelas quais foi possível localizar informações inéditas relacionadas a papéis e impressos que tratam tanto das batalhas no Atlântico sul quanto na Ásia. Severim de Faria era um colecionador de livros e manuscritos que estabeleceu uma eficiente rede de comunicações no Brasil, no Maranhão, em Angola e na Índia. A correspondência enviada por Luís Leitão Tavares ao chantre de Évora revela algumas informações relacionadas aos textos impressos e manuscritos a respeito da Restauração da Bahia. São quatro cartas, a primeira datada de 28 de novembro de 1625, as seguintes com datas de 1, 17 e 24 de janeiro de 1626, revelando as dificuldades enfrentadas para conseguir as chancelas necessárias para imprimir a *Jornada dos Vassallos* do jesuíta Bartolomeu Guerreiro.

Luís Leitão Tavares afirma, em sua primeira carta de 28 de novembro de 1625, que “Não quizerão no passo dar L[icen]ça para sahir hu livro q[ue] esta feito da tomada da Bahia e roubo dos castelhanos sem se tirar o q[ue] toca nos castelhanos, mas o Autor não quer e assim fiquara no sepulcro do esquecimento diseme que he de hu frade q veio de lá”.²⁷ Nenhum impresso sobre a Jornada dos Vassallos trata dos saques realizados pelos próprios expedicionários católicos na Restauração da Bahia. Caso esta informação fosse publicada, inviabilizaria grande parte do discurso da “nobreza” que ficou associado a essa operação militar. Uma carta do Cabido da Sé da Bahia, contudo,

indica que parte do saque praticados pelos neerlandeses em 1624 foi trazido clandestinamente desviado soldados ibéricos que foram socorrer a cidade do Salvador em 1625. Felipe IV encarregou à Mesa de Consciência e Ordens de cuidar dessa denúncia, mas as investigações nunca foram aprofundadas, talvez por conta da influência política de supostos envolvidos.²⁸

Em Lisboa, a 12 de novembro de 1625, o Desembargo do Paço expediu a licença de impressão para a Jornada dos Vassalos, por diligência de D. Vicente Caldeira de Brito e mais dois censores. As licenças e a taxaço para a publicação foram concluídas somente a 22 de dezembro de 1625. Surpreende Luis de Lima Leitão afirmar na carta, de 1^o de janeiro, para Manuel Severim de Faria que “Ahi mando a VM a relação de toda a jornada da Bahia q[ue] fez o Pe Bertolomeu Guerreiro da Comp.^a”.²⁹ Isso significa que os exemplares foram impressos na oficina de Matheus Pinheiro em apenas uma semana, entre 23 de dezembro e 31 de janeiro, para serem vendidos já no dia 1^o de janeiro de 1626. Na carta seguinte, 17 de janeiro, Leitão informa Severim de Faria que havia notícias de que a *Jornada dos Vassalos* fora proibida pelo Desembargo do Paço, após ter sido impressa: “Diserão-me q[ue] o livro q[ue] fez o P^e B^{eu} Guerreiro da Bahia, era prohibido pello Passo (sic, Paço), eu saberei a certeza”.³⁰ Não encontrei, contudo, nenhum outro documento que confirme essa segunda censura ao livro. Por fim, “Não sei como VM me não diz na passada tem recebido o livro da tomada da Bahia q[ue] fez o Pe B^{meu} Guerreiro da Comp.^a [...] porq[ue] fiquei cuidadozo de VM não ter recebido”.³¹

Outro correspondente de Manuel Severim de Faria, certo Frei Bernardo de Gost, também tratou com o chantre através de uma carta de 5 de fevereiro de 1626 acerca de um livro não defeso que se circulava clandestinamente na sua casa religiosa, sendo lido conventualmente, ou seja, secretamente pelos seus confrades:

O Pe Procurador teve de certo amigo, como por reliquia, hum livro de aquelles da Bahia, e o lemos conventualmente em tres es-

peciamnos q[ue] está excelente e q[ue] pode ser de bem. E foy com condição q[ue] lho aviso logo de não se acha por nenhum dinheiro em Lix.^a q[ue] está defeso, e assim não o posso mandar ao meu sobrinho q[ue] bem o sinto. [fols 2] [Carta de Laneiros de 5 de fevereiro de 1626]³²

Bernardo de Gost ainda menciona uma *Gazeta da Bahia*³³ que, segundo o religioso, seria uma “relação dada pelo secretário de Fradique de Toledo Osório.”³⁴ Manuel Severim de Faria, que, aliás, pode ser considerado o fundador da imprensa periódica em Portugal, inaugurou esse tipo de mídia com a notícia da grande batalha pelo domínio da Bahia.

A historiografia aponta a Jornada dos Vassalos como um esforço fundamentado nas relações de suserania e vassalagem. João Capistrano de Abreu assinalou que a nobreza ibérica organizou a expedição imbuída de um “espírito cruzadista”, atendendo ao chamado do Rei D. Felipe IV. Stuart Schwartz confirma a adesão da nobreza portuguesa àquela empresa, mas aponta também o esforço dos grupos mercantis ibéricos ao projeto de restaurar o centro político do Brasil.³⁵ Estas interpretações, além de complementares entre si, podem ser acrescentadas. *A Jornada dos Vassalos* também teve a participação efetiva da Igreja Católica e das comunidades religiosas de Portugal.³⁶ Trata-se de uma cruzada ultramarina contra a expansão dos “hereges” protestantes. A aquisição de material bélico, soldados e embarcações custeados pela nobreza de Portugal é ponto pacífico nos textos de Guerreiro e Manuel de Meneses, confirmado também no verso da folha 165 dos Capítulos escritos por Jerônimo de Ataíde. Há também uniformidade do discurso em relação aos donativos concedidos pelo episcopado português.

Apesar do espírito cruzadista, a Jornada dos Vassalos não foi uma empresa militar nos moldes da guerra medieval, utilizada em Portugal até a malfadada aventura de D. Sebastião no norte da África em 1578. Foram utilizadas estratégias e técnicas modernas de combate, fazendo-se recurso a unidades de combatentes de elite, como o

Terço da Armada, grupamento militar que equivale atualmente aos fuzileiros navais. Foi um projeto executado com a melhor tecnologia bélica e organização militar disponível naquela época.

Os Capítulos da Relação apresentam outras leituras possíveis. Ataíde é o único autor português que concebe a invasão da Bahia como um episódio do que seria conhecido posteriormente como Guerra dos Oitenta Anos (1572-1648). Por isso, o primeiro capítulo da Relação é um Discurso sobre a Holanda, no qual trata dos direitos de sucessão e vassalagem da nobreza neerlandesa, do processo de independência das Províncias Unidas iniciado em 1572 e seus desdobramentos no século XVII, registro obviamente destinado a legitimar o direito do Rei da Espanha sobre aquele território. Esta visão é recorrente em outras crônicas de origem espanhola, como na obra de D. Tomás de Tamayo Vargas, mas inédita, contudo, aos autores portugueses que entenderam a perda da Bahia apenas como um episódio particular de agressão dos neerlandeses a um território ultramarino de Portugal.

A interpretação dos fatos por este viés político obviamente cumpria uma função prática. Colocando-se na condição de ofendidos, os portugueses puderam legitimar sua reação militar. Dentre os autores portugueses que escreveram sobre a Jornada de 1625, Ataíde foi uma exceção por apresentar no seu texto a tentativa de hegemonia da monarquia espanhola na política europeia, ainda que se coadunasse a esta ideia, afinal escrevia com o objetivo de adular o próprio rei. O autor, de origem portuguesa como já exposto, chega a utilizar, à folha 154, a expressão *"nuestra España"*. No verso desta mesma folha, contudo, o autor questiona as implicações da soberania castelhana utilizando, habilmente, a metáfora do aqueduto: *"No se les niega a los Portugueses rason en lo que sienten la falta de sus Reyes, no porque hoy les falte en Su Magestad el arrimo que antes tenían, pero es la diferencia que va de beber el agua en la fuente, o por acudutos que talvez nos truxo salitre si no gusanos"*.

Outro ponto comum aos autores de origem portuguesa é não atribuir aos cristãos-novos e judeus a culpa pela tomada de

Salvador em maio de 1624. Entre os autores espanhóis, não obstante, é recorrente acusar os judaizantes de traição política e colacionismo com os invasores, alegando que isto ocorreu por temor ou ódio destes ao Santo Ofício. Neste aspecto, a Relação de Ataíde se alinha às dos seus compatriotas, visto que em nenhum momento os judaizantes são apontados como traidores responsáveis pela invasão dos neerlandeses em Salvador.

É necessário esclarecer quais as fontes utilizadas por D. Jerônimo de Ataíde para escrever a Relação, redigida ainda no calor do combate, visto que a folha 153 indica *"este ano de 1625"*. O autor estava preparado para embarcar para o Brasil, mas na ocasião, como afirma no verso da folha 167, foi obrigado a seguir para Madri a fim de acudir seu pai que estava preso. Segundo ele próprio, deveria embarcar na nau almiranta ao lado de D. Francisco de Almeida.

De modo que Ataíde não embarcou na expedição para a Bahia, então quais seriam suas fontes de informação? Primeiro, ele foi testemunha da organização da expedição e em 1624-1625 circulou tanto por Portugal quanto por Madri. Os fatos apresentados até a Armada de restauração zarpar de Cádiz em janeiro de 1625 foram presenciados pelo autor. Em segundo, a principal fonte das notícias dos acontecimentos na Bahia e dos dados dos combates entre neerlandeses e brasílicos foram compilados da Jornada dos Vassalos, do Padre Bartolomeu Guerreiro, publicada em fins de 1625. Isto fica óbvio com a comparação dos textos.

Há ainda uma terceira fonte para a Relação de Jerônimo de Ataíde, visto que algumas informações não constam em qualquer outro autor. Muito provavelmente, trata-se de algum soldado ou religioso que embarcou para a Bahia e ao retornar para a Europa lhe narrou alguns acontecidos.

A invasão da Bahia ameaçava também uma propriedade dos Condes da Castanheira: a Ilha de Itaparica. O primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Souza, doou a ilha em sesmaria ao primeiro Conde de Castanheira, avô de D. Jerônimo de Ataíde, em 1552. D. Jerônimo revela no verso da folha 155 um plano de invasão dos neerlandeses

que consistia não em atacar Salvador, mas tomar e fortificar a Ilha de Itaparica. O objetivo dos neerlandeses com esta manobra seria utilizar os mais de 36 quilômetros de comprimento da ilha para bloquear a entrada da baía aos navios mercantes. Com isto, obrigaria os moradores a estabelecerem comércio com a Companhia das Índias ou sofrerem com crises de abastecimento. Esta manobra só seria utilizada, de fato, em 1647, por Sigmund von Schkoppe.

A elaboração dos Capítulos da Relação teve objetivo pragmático: a defesa de D. Antônio de Ataíde. Na folha 184 o autor torna explícito que o principal intento da Relação era nomear as pessoas que ocupavam os principais postos na Armada, especialmente D. Antonio de Ataíde, seu pai, a quem denomina de Capitão General Perpétuo da Real Armada desta Coroa, dando a razão porque não se embarcou na jornada exercendo seu ofício. Deste modo, a ausência de pai e filho na Armada de restauração da Bahia deveria ser justificada através deste escrito. O objetivo político do texto levou o autor a escrevê-lo em castelhano, visto que o destinatário seria o Rei Felipe IV.

A história de Dom Antonio de Ataíde foi objeto de estudo de Charles Ralph Boxer.³⁷ Nascido em 1567, D. Antonio de Ataíde, 5^o Conde da Castanheira, foi o terceiro filho do 2^o casamento do 2^o Conde da Castanheira, igualmente chamado D. Antonio de Ataíde, morto em 1603. Sua mãe D. Maria de Vilhena era filha de D. Luís de Meneses e Vasconcelos e D. Branca de Vilhena. Casou-se com D. Maria de Lima, filha e herdeira de D. Antonio de Lima, senhor de Castro Daire, e de Dona Maria de Vilhena. Daí se tornar o 1^o Conde de Castro Daire. Foram pais de D. Jeronimo de Ataíde, que sucedeu ao pai como 2^o Conde de Castro Daire e 6^o Conde da Castanheira.

Após a morte do Cardeal-Rei em 1580 e iniciado o processo de anexação de Portugal pela Coroa da Espanha, D. Antonio tomou o partido da monarquia espanhola, participando da expedição do Marquês de Santa Cruz contra a Ilha Terceira. Serviu sob as ordens de D. Martinho de Ribera, general das galés de Espanha e por seus serviços foi nomeado sucessivamente capitão de cava-

los, fronteiro-mor dos coutos de Alcobaça, general de uma Armada da costa, coronel de infantaria, capitão-mor das naus da Índia, general das Armadas de Portugal. Do período em que atuou como capitão-mor, Dom Antônio colecionou uma série de notícias ultramarinas e roteiros de viagem, inclusive documentos de quem viria a ser seu substituto na Armada de 1624, Dom Manuel de Menezes.³⁸

Os problemas de D. Antonio de Ataíde junto a Coroa começariam em 1621. Neste ano, a Nau *Nossa Senhora da Conceição* regressava da Índia, com valioso carregamento. Ao chegar à Ilha Terceira, o capitão da Nau *Nossa Senhora da Conceição* recebeu instruções para navegar em direção à costa portuguesa seguindo o rumo de 39,5° de latitude, o que de fato fez, mas, ao invés da Armada da costa que o deveria esperar, deparou com 17 navios argelinos ao largo de Peniche. Seguiu-se o combate que durou dois dias e a nau foi perdida depois da explosão que se seguiu a um incêndio, fogo ateadado pela própria tripulação, já sem alternativas de continuar a defesa do navio. João Carvalho Mascarenhas, que seguia a bordo e foi levado para o cativo em Argel, escreveu um relato pormenorizado do que se passou.³⁹

D. Antonio de Ataíde, no cargo de capitão da Armada, foi acusado pelo governo filipino de não executar seus encargos defensivos. Na Egerton Library do Museu Britânico existe outra relação que trata do procedimento de D. Antonio no caso da Nau *Conceição*.⁴⁰ Para sua defesa publicou o panfleto *Cargos que resultaraõ da devassa que os governadores de Portugal mandarão tirar de Dom Antonio de Attayde, capitão geral da Armada de Portugal, acerca da perda da nao da India Nossa Senhora da Conceissaõ, que os inimigos queimaraõ o anno de 1621. e resposta de Dom Antonio aos cargos. Lisboa, 23 de Junho de mil & seiscentos & vinte dous*.⁴¹

A conquista da Bahia pelos neerlandeses em 1624 impeliu a nobreza ibérica a recorrer às armas, mas, preso, D. Antonio de Ataíde foi excluído desta comoção política. Foi neste contexto que D. Jerônimo escreveu os Capítulos da Relação, que teria como principal objetivo auxiliar a defesa de seu pai em Madri.

Após ser julgado e absolvido das acusações que o impediram de comandar a almiranta da Jornada dos Vassalos, ficou reconhecido que, embora mal sucedido, D. Antonio cumprira suas ordens. Filipe IV, querendo evidenciar tal conclusão, nomeou-o gentil-homem de sua Câmara, mordomo-mor da Rainha D. Isabel, conselheiro de Estado do Conselho de Portugal e presidente do Conselho de Aragão. Foi por esta época enviado à Alemanha como embaixador extraordinário. O título de Conde de Castro Daire lhe foi concedido por alvará de 30 de abril de 1625, assinado em Aranjuez por Filipe IV. Sucedeu ao sobrinho D. João de Ataíde e veio a ser 5º Conde da Castanheira.

Em 1631, D. Antonio foi nomeado governador de Portugal com o Conde de Vale de Reis. Cargo que ocupou sozinho de março de 1632 a abril de 1633, em virtude do falecimento de Nuno Mendonça, Conde de Vale de Reis. O fundo documental guardado na Biblioteca da Ajuda deriva, em grande medida, deste período. Adiante, foi presidente da Mesa da Consciência e Ordens. Quando em dezembro de 1640 teve início a Restauração Portuguesa, D. Antonio de Ataíde permaneceu leal aos Habsburgos, falecendo a 14 de dezembro de 1647, com cerca de 80 anos.

É lamentável que D. Jerônimo não tenha concluído o texto da Relação. É impossível dizer o que o levou a deixar o texto inconcluso. A folha que continha a conclusão do nono capítulo foi subtraída, talvez pelo próprio autor, mas certamente antes de ser anexada ao códice. Apesar disto, cerca de 70% do projeto inicial do texto foi concluído, sendo estas as partes mais importantes da organização da expedição, de que o autor foi testemunha presencial, e das notícias da Bahia, de que o autor utilizou outras fontes de informação.

O capítulo 10 deveria abordar a capitulação dos neerlandeses na Bahia em maio de 1625, o que, não obstante, já é demasiado conhecido e teve seus pormenores divulgados por outros escritores e até nas curtas relações publicadas em diferentes idiomas e países.⁴² A inexistência dos capítulos 11 e 12, por outro lado, é mais sentida porque abordaria os meses seguintes à vitória sobre os neerlandeses e a chegada da Armada de socorro de Boudewijn Hendriksz. Os capítulos 13, 14 e 15 já não interessam diretamente às guerras do Brasil, visto que tratariam dos ingleses em Cádiz e da retirada da Armada inglesa, além de outras notícias da Itália e de Flandres.

¹ MACHADO, Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741. Tomo II. p. 481 e 482. Agradeço ao engenheiro Vittorio Serafin pela leitura e sugestões para este artigo.

² Biblioteca da Ajuda (doravante, BA). 51-IX-12 Fl. 213-216v. Madrid, 25.09.1633.

³ BA. 51-IX-12 fl. 213. Madrid, 25.09.1633.

⁴ BA. 51-IX-12 fl. 213-214. Madrid, 25.09.1633.

⁵ BA. 51-IX-12 fl. 214. Madrid, 25.09.1633.

⁶ BA. 51-IX-12 fl. 214. Madrid, 25.09.1633. SOTOMAYOR, Antonio Valladares de. *Semanario erudito, que comprehende varias obras inéditas, críticas, morales, instructivas, políticas, históricas, satíricas, y jocosas de nuestros mejores autores antiguos y modernos*. Tomo XXXIII. Madrid: Por Don Antonio de Espinosa, 1740. p. 192.

⁷ BA. 51-IX-12 fl. 214. Madrid, 25.09.1633.

⁸ BA. 51-IX-12 fl. 214v. Madrid, 25/09/1633. *CERTIDÃO Geral do sucedido na Armada do anno de 1621. Jurada & assinada pelos Capitães & Oficiaes della, & pelas pessoas principaes que hião soldados na Capitaina, a que vão referidas estas respostas. p. 1. Esta encadernada junto com os Cargos que Resultão*. S.l., 13 de Outubro de 1621. Esse impresso foi assinado por D. Jeronimo de Attaide. Ver também: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mesa de Consciência e Ordens, Cartas Régias, Livro 26 (1618-1624) fl. 132. Lisboa, 21 de julho de 1623, seguida da resposta do monarca a 31 de Agosto de 1623.

⁹ BA. 51-IX-12 fl. 214v. Madrid, 25/09/1633.

¹⁰ BA. 51-IX-12 fl. 218. Madrid, 11/12/1641.

¹¹ BA. 51-IX-12 fls. 147-150v. Madrid, 1645.

¹² Biblioteca Nacional de España. COLARES, Jerônimo de Ataíde, Marquês de. *Recopilación de linajes de Portugal* [Manuscrito] por el Marqués de Colares. I volume, 422 folhas.; 34 x 23 cm.

¹³ SOUSA, Fr. Luís de. *Annaes de el Rei Dom João III*. Lisboa: Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1844. p. 371. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A descrição deste fundo documental é o seguinte: *Colecção São Lourenço* (1403-1561), 6 vol. (códices factícios). D. António de Ataíde, 1^o Conde de Castanheira, teria coligido os documentos que integram o primeiro volume, uma vez que grande parte da correspondência lhe é dirigida. A restante documentação é majoritariamente correspondência remetida a D. Álvaro de Castro (filho de D. João de Castro), ou por ele redigida. D. Ana de Ataíde, mulher de D. Álvaro de Castro, era neta de D. António de Ataíde, sendo plausível que, por este fato, esta documentação tivesse sido reunida. No *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, refere-se igualmente que o compilador foi D. António de Ataíde. O percurso da documentação até pertencer à casa dos Condes de São Lourenço é explicado, também no *Dicionário Bibliográfico Português*. Pelo fato de o Conde da Castanheira ter sido casado com uma senhora da casa da Feira, cujos vínculos foram em parte herdados pelos Condes de São Lourenço. Esta coleção terá pertencido a um conjunto documental bem mais vasto, colecionando por D. João José Ansberto de Noronha (n.1725; 6^o Conde de São Lourenço por casamento e filho dos segundos Marqueses de Angeja). Foi inventariado num trabalho realizado por José Maria António Nogueira, em 1871.

¹⁴ SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1946. Tomo II, p. 305. GAYO, Felgueiras. *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Basto, 1989. 2^a Ed. Vol. IV, p. 242.

¹⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Registo Geral de Mercês – Ordens. Livro 2. fl. 214-215. 15 de março de 1639. D. Felipe IV. "Carta de Comenda a Fr. D. Antonio de Athayde professo da ordem de Xp.^o e ao seu filho mais velho".

¹⁶ SORIANO, Simão José da Luz. *História do Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquez de Pombal Precedida de uma Breve Notícia dos Antecedentes Reinados a começar no de El-Rei D. João IV, em 1640*. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1867. Tomo I, p. 28.

¹⁷ BA. Cod. 51-IX-13, fl. 228. 1669, Março 10, Londres. Carta de Gaspar de Abreu de Freitas para o [6^o] Conde da Castanheira [D. Jerónimo de Ataíde] sobre o embarque dos enviados de Inglaterra e Suécia, um a cumprimentar e outro a negociar.

¹⁸ RODRIGUES, José Honório Rodrigues. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. p. . ASHER, G.M. *A Bibliographical and Historical Essay on the Dutch Books and Pamphlets Relating to New Netherland and to the Dutch West India Company and to its Possessions in Brazil/Angola*. Fredrik Muller, Amsterdam, 1854.

¹⁹ MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. Frei Francisco De San Juan: Um Missionário Espanhol na Bahia em 1624". *Hispania Sacra: Revista de historia eclesiástica de España*. Madrid, n. 127, 2011, pp.. Stuart B. Schwartz, "The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640", *The American Historical Review*, Vol. 96, n. 3 (Jun, 1991), pp. 735-762.

²⁰ TAMAYO DE VARGAS, Tomás. *Restauracion de la Ciudad del Salvador; i Baía de Todos Santos, en la Provincia del Brasil. Pos las Armas de Don Philippe IV. El Grande Rei Catholico de las Españas i Indias*. Madrid: Viuda de Alonso Martin, 1628.

²¹ VALENCIA Y GUZMAN, Juan de. *Compendio Historial de la Jornada del Brasil, ano 1625*. Recife: Editorial Pool, 1984. 2.^a ed.

²² ZUÑIGA, Eugenio de Narbona. Historia de la recuperacion del Brasil por la armas de España y Portugal el año de 1623. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: 1955, Vol. LXIX, pp.161-330.

²³ MACHADO, Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Vol. 2, p. 793.

²⁴ ÁLVARES, Fernando Bouza. *Corre Manuscrito: Una historia cultural del Siglo del Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001. pp. 143, 147 e 163.

²⁵ ARANDA, Francisco José; PÉREZ, José Damião Rodrigues. *De re publica Hispaniae: una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*. Madrid: Sílex, 2008. pp. 45 e 46.

²⁶ ARANDA; PÉREZ. *De Re publica Hispaniae*. p. 45 e 46.

²⁷ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Coleção Moreira da Fonseca, I-33,33,004 n^o003, Fls. 46 e 47. TAVARES, Luís Leitão. Carta a [Manuel Severim de Faria] informando que tudo está tranqüilidade em q diz, remetendo o regimento dos capitães-mores e mais capitães de companhia e oficiais e dando notícias de um livro sobre a tomada da Bahia. Lisboa, 28/11/1625. 2fls.

²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Mesa de Consciência e Ordens, Consultas, Livro 30 (1625-1630), fl. 26v. "Em Carta de SMg.^o de 5 de fevereiro de 1626".

²⁹ BNRJ, Coleção Moreira da Fonseca, I-33,33,004 n^o013, fls. 66-67 TAVARES, Luís Leitão. Carta a [Manuel Severim de Faria] justificando a falta de correspondência e remetendo a relação de toda a tornada do padre Bartholomeu Guereiro na Bahia. Lisboa, 01/01/1626.

³⁰ BNRJ, Coleção Moreira da Fonseca, I-33,33,004 n^o012, fls. 64-65, TAVARES, Luís Leitão. Carta a [Manuel Severim de Faria] transmitindo informações de Lisboa, Castela e da Armada da Inglaterra, e fazendo menção ao livro do Padre Guerreiro da Bahia. Lisboa, 17/01/1626.

³¹ BNRJ, Coleção Moreira da Fonseca, I-33,33,004 n^o010, fls. 60-61, TAVARES, Luís Leitão. Carta a [Manuel Severim de Faria] perguntando sobre o recebimento de livros e sobre a tomada da Bahia. Informa encomenda de livros e faz referência à partida [de Felipe III], para Aragão. Lisboa 24/01/1626.

³² BNRJ, Coleção Moreira da Fonseca., I-33,33,005 n^o009 Fls. 99-100 GOST, Bernardo frei. Carta a Manuel Severim de Faria, chantre da Catedral de Évora, transmitindo notícias de inundações e, tratando de livros, um deles referente à Bahia. Laneiros, 05/02/1626.

³³ BNRJ, Coleção Moreira da Fonseca, I-33,33,005 n^o002, fl. 85, GOST, Bernardo frei. Carta a Manuel Severim de Faria, chantre da Catedral de Évora, remetendo a Gazeta da Bahia, enviada pelo secretário de Fradique de Toledo Osório, e cópia da carta de Felipe III aos fidalgos de Lisboa. Laneiros, 02/07/1625.

³⁴ BNRJ, Coleção Moreira da Fonseca, I-33,33,005 n°005, fls. 89-90. GOST, Bernardo frei, Carta a destinatário não declarado transmitindo notícias da Bahia e de Breda, enviando relação dada pelo secretário de Fradique de Toledo Osório e fazendo referência a Manuel Severim de Faria. Laneiros 14/07/1625.

³⁵ SCHWARTZ, Stuart B. The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640. In: *The American Historical Review*. Oxford, Vol. 96, Nº 3 (Jun, 1991), pp. 740-743.

³⁶ Para os elementos religiosos presentes na Jornada dos Vassalos: MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. PPGH-UFBA. Orientador: Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Salvador, 2010. Três volumes. O presente artigo começou a ser desenvolvido como anexo para a referida tese, existindo uma versão anterior no terceiro volume, que foi apresentado no 2º Encontro de Novos Pesquisadores em História, 2010, Salvador.

³⁷ BOXER, Chales Ralph. The naval and colonial papers of Dom António de Ataíde. In: *Harvard Library Bulletin*. Cambridge: vol. V, n. 1, 1951, pp. 24-50; do mesmo autor: Um roteirista desconhecido do século XVII. D. António de Ataíde, Capitão-Geral da Armada de Portugal. In: *Arquivo Histórico da Marinha*. Lisboa: vol. I, nº 1, 1934, pp. 189-200.

³⁸ LEITÃO, Humberto (Org.) *Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino: (1608-1612)*. Lisboa: Ag. Geral do Ultramar, 1957-58. 3v.

³⁹ MASCARENHAS, Joam Carvalho. *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam*. Lisboa: Na Officina de Antonio Alvares, 1627.

⁴⁰ British Museum. Ergeton Library. Códice nº 1136, Tomo VI. Fls. 474-525v. Consultas, pareceres, cartas, memoriais, e outros papeis, tocantes ao caso da nau queimada em 11 de outubro de 1621 em frente da Ericeira pelos Turcos, sendo D. Antonio de Attaide. Capitão-General, e D. Francisco de Almeida, Almirante da Armada, o que deu logar a que estes dous Officies fossem processados, etc. Entre estes papéis há um (fol. 481 a 497) com o seguinte titulo: relação de como procedio D. Antonio de atayde Capitan General de la Armada dede portugal el año de 1621 en que se quemó una nao de la yndia en frente de la Ericera estando la Armada en el cavo despichel 12 legoas della, con calmeria y sin berla ni tener recado alguno de que alli estubiere, ni que peleava. Datados de 1622.

⁴¹ MACHADO, Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Tomo I. p. 208. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, Vol. I, p. 91.

⁴² RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. Algumas das relações que tratam das capitulações são: *LA DEFAITE Navale de Trois Mil, Tant Espagnols que Portugais, mis taillez en pieces par les Hollandois, à la Baya de Todos los Sanctos. Traduite de Flamand en François*. Paris: lean Martin, 1625. AVENDAÑO Y VILELA, Francisco de. *Relacion del viage, y svceso de la Armada, qve por mandado de Sv. Magestad partio al Brasil a echar de alli los enemigos, que lo ocupauan. Dase cuenta de su entrega, y de las capitulaciones, con que salio el enemigo, y valia de los despojos. Hecha por don Francisco de Auendaño y Vilela, que se halló en todo lo sucedido; assi en la Mar, como en la Tierra*. Cordova: Salvador de Cea Tesa, 1625. Relação Verdadeira. In: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 1843, Vol. 5. pp. 473-490.